



Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG
Secretaria Municipal de Obras Públicas



Ofício n.º 265/2017

Patos de Minas, 18 de outubro de 2017.

Prezada Senhora

Álvaro Guilherme Rocha

Diretor de Suprimentos e Controle Patrimonial

Nesta

Assunto: **Solicitação faz**

Referência: **Revogação Concorrência n.º 013/2017**

Senhor Diretor,

1. Solicitamos a V. Sa. revogação da Concorrência n.º 13/2017, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO DAS VIAS URBANAS, VIAS DOS DISTRITOS E RODOVIAS MUNICIPAIS; E CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS ELEVADAS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS.
2. Justificamos o pedido tendo em vista a complexidade do objeto do processo licitatório e a impugnação já apresentada, que despertou a necessidade de melhor estudo e considerando que a Administração Pública Municipal, em razão da aproximação do período chuvoso que é fator provocador de danos ao asfalto das vias (buracos) e necessita de melhor atenção do poder público, sugerimos o desmembramento dos itens da planilha de composição de custo da Concorrência n.º 13/2017, de forma agilizar a contratação do serviço de tapa buraco.
- 2.1. Ressalta-se que após estudo técnico será solicitado a contratação dos demais itens para atendimento do interesse da Administração Pública.

Atenciosamente,

Rogério Borges Vieira

Secretário Municipal de Obras Públicas

*UP
P6M para manifestação
jurídica sobre a solicitação
de revogação da Concorrência
n.º 13/2017.*

Patos, 18/10/17



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

PARECER JURÍDICO

COCORRÊNCIA 13/2017 - PROCESSO Nº 477 /2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E RECUPRAÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO DAS VIAS URBANAS, VIAS DOS DISTRITOS E RODOVIAS MUNICIPAIS; E CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS ELEVADAS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS.

A Secretaria de Obras Públicas, requisitante de licitação para contratação do objeto acima referido, apresenta requerimento de desmembramento do mesmo, sob a justificativa: "...tendo em vista a complexidade do objeto do processo licitatório e a impugnação já apresentada, que despertou a necessidade de melhor estudo e considerando que a Administração Pública Municipal, em razão da aproximação do período chuvoso que é fator provocador de danos ao asfalto das vias (buracos) e necessita de melhor atenção do poder público, sugerimos o desmembramento dos itens da planilha de composição de custos Concorrência nº 13/2017, de forma agilizar a contratação do serviço de tapa buraco". Informa "que após estudo técnico será solicitada a contratação dos demais itens para atendimento do interesse da Administração Pública".

Dispõe o art. 15, IV, e art. 23, § 1º, dispõem:

Art. 15 As compras sempre que possível, deverão:
(...)

IV – ser divididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;
(...)

Art. 23
(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação de competitividade sem perda da economia de escala.
(...)



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

A licitação, conforme art. 3º da Lei de Licitações tem como um dos fins obter seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, a divisão da licitação por objeto específico é meios de garantir a ampliação de participantes, que não por itens, considerando que chamará atenção o objeto em separado e para o interesse e aumento da capacidade de maior numero a participantes, bem como dinamizará, pela simplificação e especificidade do objeto licitado, evitando-se entraves de ordem procedimental, próprias de um certame licitatório, e jurídico o que refletirá em propostas mais vantajosas. Também, permitirá a participação de interessados específicos por objeto.

SÚMULA Nº 247

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

O desmembramento atende ao interesse público, visto que permitirá a contratação em separado de um objeto "tapa buracos", com maior eficiência, para atendimento premente das necessidades municipais, dada a proximidade das chuvas época em que há maior deterioração dos asfaltos das vias públicas. As vias bem cuidadas aumentam a sensação de bem estar e melhoria a qualidade de vidas dos usuários, bem como evita acidentes com a melhoria do tráfego.

O interesse público é a pedra basilar do regime jurídico administrativo, vez que contemplado por seus princípios estruturantes, quais sejam, a supremacia do interesse público sobre o privado e o da indisponibilidade do interesse público pela Administração. Partindo dessa noção, tem-se que o interesse público é o objetivo único e imprescindível não só do ato revogatório, mas de todo e qualquer ato administrativo.



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

E a Administração Pública, no exercício de suas funções, dispõe de poderes que visam garantir a primazia do interesse público sobre o particular.

Destaca-se o chamado poder discricionário da Administração, onde existe uma maior liberdade para a prática dos atos administrativos, sendo permitido ao executor um juízo de oportunidade e conveniência

Elucida Diogenes Gasparini que:

“Há conveniência sempre que o ato interessa, convém ou satisfaz ao interesse público. Há oportunidade quando o ato é praticado no momento adequado à satisfação do interesse público. São juízos subjetivos do agente competente sobre certos fatos e que levam essa autoridade a decidir de um ou outro modo(...)” (Cf. Direito Administrativo, 14ª edição, Saraiva, 2009, p.97).

Portanto, o poder discricionário, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei, pois estes critérios não estão definidos em lei.

Quanto à revogação da licitação e a necessidade do contraditório, pode-se dizer que há duas posições: uma da necessidade e outro outra que não.

A primeira, diz que antes da homologação e adjudicação não seria necessário.

Vejamos:

Processo: RMS 23402 PR 2006/0271080-4

Relator (a): MINISTRA ELIANA CALMON

Julgamento: 18/03/2008

Órgão Julgador: T2 – SEGUNDA TURMA



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

Publicação: DJE 02/04/2008

EMENTA: ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO REVOGAÇÃO
CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.
2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.
3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.
4. **A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.**
5. **Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.**
6. **O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.**
7. Recurso ordinário não provido.

Em se tratando de atos passíveis de anulação ou revogação, o art. 49 da Lei de Licitações é claro ao estatuir:

Art. 49. *A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de*



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

O Supremo Tribunal Federal, por meio de entendimento sumulado, já pacificou a possibilidade da Administração rever seus próprios atos:

Súmula 473. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Tem-se que o poder judiciário, no controle externo da Administração, ratifica, via de regra, a decisão da Administração pautada no poder da conveniência e oportunidade, poder discricionário do administrador, por ser questão de mérito administrativo, de competência exclusiva do Poder Executivo:

Vejamos algumas decisões nesse sentido:

MANDADO DE SEGURANÇA - Ato administrativo - funcionário municipal que deu contribuição para que terceiros realizassem saques de importância em dinheiro do PASEP - Ato e procedimento administrativos que estão regulares, e portanto, eivados de legitimidade - **Poder Judiciário que não pode analisar o mérito da decisão administrativa, por ser elemento do poder discricionário da Administração** - Writ que não é meio idôneo para examinar fatos apurados em inquérito disciplinar e para aferir a injustiça da penalidade - Segurança denegada (...). (Relator: Djalma Lofrano - Mandado de Segurança nº 19.501-0 - São Paulo - 27.10.93) (grifei)

POLÍCIA MILITAR - Demissão por ato justificado de comandante geral - Possibilidade - Processo disciplinar administrativo respeitado - Ampla defesa garantida - Pena aplicada de excessivo rigor - Irrelevância - **Matéria de mérito ligada ao poder discricionário da Administração que refoge à competência do Poder Judiciário** - Recurso não provido. Não se divisa na espécie qualquer falha ou ilegalidade do processo




Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

administrativo disciplinar que culminou com a demissão do apelante das Fileiras da Polícia Militar. A escolha da pena é matéria de mérito que refoge à apreciação do Poder Judiciário, inserindo-se no poder discricionário da Administração, descabendo discutir se a punição foi excessiva ou rigorosa, na medida em que o juízo de conveniência e oportunidade é sempre da autoridade administrativa. (Apelação Cível n. 279.293-1 - São Paulo - 8ª Câmara de Direito Público - Relator: Celso Bonilha - 14.05.97 - V.U.) (grifei) A doutrina sempre seguiu a mesma direção, como pode ser conferido a seguir: "No exame da legalidade, cumpre ao

Na outra vertente, o Tribunal de Contas da União, no acórdão 455/2017, decidiu pela necessidade comunicar aos licitantes a intenção de revogação, oferecendo-lhes o direito ao contraditório e à ampla defesa prévios em prazo razoável para presente defesa ao pretendido desfazimento da licitação deflagrada.

Ante o exposto, OPINA a Advocacia do Município, pela possibilidade de se promover a revogação do Certame, devendo, por cautela, antes oportunizar os interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa prévios em prazo razoável, comunicando os interessados conhecidos que pediram esclarecimentos e aos demais possíveis interessados por meio de publicação nos meios onde se deu a publicação do edital.

Patos de Minas, 19 de outubro de 2017.


JADIR SOUTO FERREIRA
Procurador- Geral